



## **JORNALISMO E FEMINISMO: o engajamento intelectual de Josephina Álvares de Azevedo nos albores do século XIX**

*JOURNALISM AND FEMINISM: Josephina Álvares de Azevedo intellectual engagement in the beginning of the 19th century*

*Letícia Pereira PIMENTA<sup>81</sup>,  
Jacques Alkalai WAINBERG<sup>82</sup>*

### **RESUMO:**

Ao longo dos últimos anos, procuramos resgatar escritoras dotadas de certa transgressão social. Foi quando um nome nos chamou a atenção, Josephina Alvares de Azevedo. Josephina tem um legado inestimável; defendeu a educação da mulher enquanto ferramenta essencial à sua emancipação. Fundou e dirigiu um jornal, A Família, de cunho feminista, pouco estudado até hoje, e escreveu uma comédia que enaltecia a importância do voto feminino. Josephina foi a porta-voz daquelas mulheres que não se contentavam com a sua posição da sociedade.

### **PALAVRAS-CHAVE:**

Periodismo. Feminismo. Direito a voto.

### **ABSTRACT:**

Over the last few years, we seek to rescue socially transgressed writers and doing this, a name intrigued us: Josephina Álvares de Azevedo. She has an invaluable legacy: she has defended the women education as something essential to her independence. She founded and directed a newspaper, A Família, related to feminism, which has not been very studied until now, and

---

<sup>81</sup> Doutoranda em Comunicação Social pela PUCRS. Mestre em História do Direito pela UFRGS. Bacharel em Direito pela PUCRS. Pesquisadora do Instituto Histórico Geográfico do RS.

<sup>82</sup> Possui graduação em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (1979), BA em jornalismo pela Universidade da Flórida, em Gainesville, mestrado em Jornalismo - University of South Carolina (1990) e doutorado em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo (1996). O Pós-Doutorado foi realizado na Universidade do Texas, Austin, Estados Unidos e na Universidade de Tel Aviv. Atualmente é professor titular da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

she wrote a comedy which was about the importance of women voting. Josephina was the spokes woman of women who didn't settle with their position in society.

### **KEYWORDS:**

Periodic. Feminism. Voting rights.

## **1. Introdução**

Josephina Álvares de Azevedo foi uma pessoa à frente de seu tempo, e soube se valer da escrita para difundir suas ideias e clamar por liberdade. No transcorrer do século XIX, torna-se constante a presença feminina nos periódicos brasileiros. Muitas mulheres usavam tais publicações em defesa de sua emancipação; elas tinham responsabilidade pela formação da consciência feminina no que diz respeito à degradação de seu status. Essas mulheres encontraram na imprensa um lugar de luta por direitos.

Essas [escritoras feministas e suas publicações] tiveram uma quota considerável de responsabilidade no despertar da consciência das mulheres brasileiras. Entre elas, salienta-se Josefina Álvares de Azevedo (Recife, 1851), cuja luta em prol do sufrágio foi marcante. (MUZART, 2003, p. 06)

A luta para obtenção de direitos humanos, sociais e civis ampliou a participação feminina na sociedade. Durante o século XIX, uma grande parcela dos periódicos destinava-se aos seus interesses, e, dentre eles, a imprensa desempenhou papel de fomentar discussões que questionavam a posição da mulher na sociedade. Sendo assim, no contexto entre a queda da monarquia e a instalação do regime republicano, o debate sobre o direito de voto intensificou-se. Consoante Karine Rocha,

Para Josefina Álvares de Azevedo e suas companheiras, a mulher teria plenos direitos de ganhar o espaço público, mas o espaço privado não deveria ser dividido com o homem. Diziam estas que as atividades domésticas e o conseqüente governo do lar era um dom exclusivo das mulheres. (ROCHA, 2009, p. 30)

O objetivo do presente artigo é realizar uma revisão da literatura existente, enfatizando o modo como o feminismo era abordado naquele recorte histórico e o papel de Josephina neste contexto.

## **2. O ativismo de Josephina Álvares de Azevedo**

Em uma obra de 1868, publicada por um autor de iniciais A.R.T.S, está escrito que “A mulher nasceu livre, a mulher geme em ferros”, epíteto que denuncia uma luta cujo cume se daria na concessão efetiva do direito a voto. É à luz de uma nova perspectiva que se delinea a partir desta conjuntura histórica que todas as sendas levariam ao reconhecimento do sufrá-

gio; em que pese, já em 1831, constatem-se escritos acerca da condição da mulher por parte de Nísia Floresta Brasileira Augusta, de pseudônimo Dionísia Gonçalves Pinto, no jornal pernambucano *Espelho das Brasileiras*, que, em 1853, editou “Opúsculo Humanitário”, uma coleção de artigos sobre emancipação, obra a qual mereceria devida apreciação por parte de Augusto Comte.

Ocorre que, na Constituição de 1891, em seu artigo 70, inexistia expressa proibição ao voto feminino, fato que despertou Diva Nolf Nazário. Toda a questão acerca do sufrágio girou em torno do conceito de “cidadania” – e, neste sentido, toda a defesa da jovem. Em despacho negando-lhe o direito de alistamento, o juiz ratifica o fato de que inexistia, bem verdade, uma exclusão expressa das mulheres no que atine ao sufrágio, todavia disse que o Brasil não se encontrava em condições de romper com as tradições de nosso direito, que considerava como “cidadão” tão somente o ser humano do sexo masculino. O deputado Pedro Américo chegou a considerar que a sua missão era mais doméstica do que pública, mais moral do que política. Em sua defesa, Nazário argumenta:

Todos os dicionários estão de acordo em dizer que um cidadão é um habitante de um Estado livre. A mulher brasileira não será habitante de um Estado livre? Diz-se sempre: “todo o cidadão está sujeito às leis do seu país”. A mulher brasileira não estará, por acaso, sujeita as leis do Brasil? Ser-lhe-ha, por ventura, permitido matar e roubar sem incorrer nas penas estabelecidas para os homens? [...] Porque se há de fazer exceção única e injusta quando se trata de eleitores? (NAZARIO, 2009, p. 41)

Surgindo de maneira organizada no decorrer dos anos 20, o movimento de luta constante pela igualdade e emancipação, em especial a conquista dos direitos políticos ensaia, portanto, seus passos já na segunda metade do século XIX. Pode-se identificar neste contexto algumas vozes tendentes a romper os grilhões anteriormente à ação de Bertha Lutz (1894-1976), figura central da campanha sufragista brasileira; dentre esses ecos, o de Josephina Alvares de Azevedo.

O periódico *A Família* foi forjado por Josephina em São Paulo em 1888. No ano seguinte, passou a ser publicado no Rio de Janeiro com o fito de obter maior visibilidade e seguiu sendo editado na capital até 1898. *A Família* é considerada uma das mais enfáticas publicações da militância em prol dos direitos da mulher. A autora agitava a opinião pública com seus inflamados artigos; ela escrevia sob o pseudônimo Zefa. *A Família* circulou até 1897 sem interrupção e defendia a educação da mulher como ferramenta essencial para sua emancipação. Em 1898, volta a circular. Josephina procurou estender a circulação de seu jornal por todo o país, viajando para tanto às regiões Norte e Nordeste. Promoveu o sufrágio por meio do artigo “O direito ao voto”, de 1890. No mesmo ano, escreve a comédia *O Voto Fe-*

*minino*, que chegou a ser encenada durante os trabalhos constituintes de 1890-1891, no Teatro Recreio Dramático, em 23 de junho de 1893, apresentação essa noticiada por um jornal de Paris.

Com a proclamação da República, o jornal *A Família* transforma-se em um veículo de propaganda do direito ao voto feminino. Josephina publica uma série de artigos nos quais afirmava que, sem o exercício desse direito pelas mulheres, a igualdade prometida pelo novo regime não passaria de utopia. Em abril de 1890, o ministro do Interior, Cesário Alvim, publica parecer contrário ao pedido de alistamento eleitoral feito no Rio de Janeiro por Isabel de Matos. Com base nesse parecer, a autora escreve a sua peça. Consoante artigo publicado em *A Família*,

Deve subir à scena do Recreio em benefício do festejado actor Castro, que faz a sua festa artística em breve, a comédia O voto feminino, primeiro ensaio que faz a redactora desta folha no genero de litteratura teatral.

É o problema da nossa emancipação encarada pela face em que se manifesta o egoísmo do homem sempre disposto a manter-nos na condição inferior, em que o obscurantismo das idades nos tem conservado. (AZEVEDO, 1890a, p. 03)

A peça apropria-se do parecer negativo do ministro e de um congressista favorável ao voto feminino (possivelmente Lopes Trovão) para criticar arduamente a resistência masculina em aceitar a participação das mulheres na vida política. “O Voto Feminino” foi publicado como livro e também consta como folhetim nas páginas de *A Família* de agosto a novembro de 1890; voltou a ser editado na sua coletânea *A mulher moderna: trabalhos de propaganda*, de 1891. Uma carta, publicada no *Diario do Commercio* e reproduzida em *A Família*, na qual o(a) subscritor(a) comenta a estreia de Josephina como autora teatral, escreve o seguinte

E a operosa redatora da "Família", que semanalmente distribue umas tantas páginas de propaganda em auxílio da mulher, não descurando dos misteres de mãe de família, acóde com distincto carinho as letras amenas, fazendo o "dilectantismo" litterário de preferencia à "coquetterie" ouvidoriana.

Isto lhe tem valido bastantes gabos da imprensa, e do acoroçoamento, à escriptora nada tem perdido a mãe, como não me conta que soffra a directoria da Agricultura, lá porque o Sr. Machado de Assis escreve o "Quincas Borba". (AZEVEDO, 1890b, p. 07)

O movimento sufragista, conforme já dito, ensaia seus primeiros passos em meados do século XIX, com militantes como Bertha Lutz e suas companheiras pelo direito eleitoral das mulheres. Mesmo isoladas, essas pioneiras do sufragismo brasileiro se expressavam por meio da imprensa, buscando formar uma opinião pública favorável à causa. Portanto, se de início a redatora-chefe de *A Família* militou em seu periódico pelo direito a uma "educação sólida e desenvolvida", que as preparasse para todos os misteres da vida, em pouco tempo seu

ativismo se torna mais incisivo, em prol do acesso das mulheres ao direito de voto. (AZEVEDO, 2018, p. 23).

Instalada a República no país, *A Família* incorpora a militância como matéria de primeira página, com o fito de convencer as mulheres a fazer uma propaganda acérrima da causa, de que dependia sua "elevação na sociedade" (AZEVEDO, 2018, p. 31). É desta fase a série de artigos "O direito de voto", em que a autora argumenta o caráter quimérico do direito de igualdade de então. De acordo com ela, "... ou estaremos fora do regime das leis criadas pelos homens, ou teremos também o direito de legislar para todas. Fora disso, a igualdade é uma utopia, senão um sarcasmo atirado a todas nós." (AZEVEDO, 2018, p. 22).

A luta pela imprensa periódica parece não ser suficiente, e, em virtude disso, Josephina busca espaços alternativos para a militância. No início de 1890, publica o opúsculo *Retalhos* em que reedita, entre outros artigos publicados em *A Família* da série "O direito de voto", o que sugere o intento de fortalecer a propaganda sufragista, colocando-as em páginas menos efêmeras que as do jornal.

No final de sua peça, Josephina reafirma a intenção, já veiculada na imprensa, de seguir "compelindo os constituintes a firmarem de uma vez para sempre o nosso direito obscurecido." (AZEVEDO, 2018, p. 33). Ante à euforia masculina que comemorava a exclusão das mulheres do universo de eleitores, a personagem Inês adverte: "Não se entusiasmem tanto. Ainda temos um recurso. Aguardemos a Constituinte!" (AZEVEDO, 2018, p. 76). A peça configura uma sátira à resistência masculina ante à nascente demanda sufragista no Brasil. Bastante aclamada pelo público, que lotou o Recreio Dramático na noite de estreia, não sobe novamente ao palco, eis que, na urgência de manter a propaganda junto aos constituintes, a ativista procura alternativas de interlocução mediada pelo seu texto teatral. A peça é reeditada duas vezes: nos rodapés do jornal *A Família* e em forma de livro (BLAKE, 1883, p. 238). No ano seguinte, quando a Constituinte encontrava-se ainda reunida, a comédia é reeditada em *A mulher moderna: trabalhos de propaganda*, coletânea organizada por Josephina.

Na primeira edição de *A Família*, a editora preleciona que a imprensa pode servir como uma válvula que pode despertar a consciência do indivíduo. Sendo assim, por meio do jornal, sua intenção era mostrar que era iníqua a diferenciação existente entre homem e mulher, e revela quão absurdo é se considerar o sexo feminino inferior se comparado ao masculino. De acordo com a autora,

A consciencia universal dorme sobre uma grande iniquidade secular – a escravidão da mulher. Até hoje tem os homens mantido o falso e funesto princípio de nossa inferioridade. Mas nós não somos a elles inferiores, porque somos suas semelhantes, embora de sexo diverso. (AZEVEDO, 1888, p. 1)

Neste cenário, a imprensa feminista se manifesta colocando em xeque as condições intelectuais do corpo de eleitores da Nova República. Ampliava, desse modo, o debate acerca da permissão do voto para a população alfabetizada, afirmando a igualdade intelectual entre os sexos como condição para a participação política. Em *A Família* de 30 de novembro de 1889, o escrito dispõe: "Nossas aptidões não podem ser delimitadas pelos preconceitos de sexo, principalmente nos casos com que tenhamos de afirmar a nossa soberania pelo direito de voto. O direito de votar não pode, não deve, não é justo que tenha outra restrição além da emancipação intelectual." (AZEVEDO, 2018, p. 23-24).

Com a Proclamação da República em novembro de 1889, o discurso sobre o direito ao voto das mulheres se tornou ainda mais forte, visto que se esperava uma igualdade maior no novo modelo político, tendo em conta como único critério distintivo a capacidade intelectual. Em *A Família* de 21 de dezembro de 1889, Josephina preleciona:

O fundamento universal de todos os que opinam contra a nossa emancipação é esse – que a mulher não tem capacidade política. Porque? Perguntamos nós, a essa pergunta não nos dão resposta cabal. Em geral, os casos de incapacidade política são estes – menoridade, demência, inhabilitações, restrição de liberdade por pena cominada, etc etc. A esses addusem os legisladores a "diferença de sexo". Mas em que essa diferença pode constituir razão de incapacidade eleitoral? A mulher educada, instruída, em perfeito uso de suas faculdades mentaes, exercendo com critério as suas funções na sociedade, é uma personalidade equilibrada, apta para discernir e competente para escolher entre duas idéas aquella que melhor convém. Não pude por conseguinte estar em pé de igualdade com os dementes, com os menores, com os imbecis. Assim seno, é absurdo o princípio de sua incapacidade electiva. (AZEVEDO, 2018, p. 26-27)

### 3. Jornais femininos no século XIX: Escorço Histórico

Na Inglaterra do século XVII, algumas mulheres passaram a publicar jornais com o auxílio de seus pais e/ou irmãos. Com o subsídio de pessoas do sexo masculino, enquanto uma distração, elas passam a escrever sobre moda, sentimentos, beleza e cuidados com o lar. *Lady's Mercury*, da Inglaterra, forjado em 1693, foi o primeiro jornal feminino de que se tem notícia; servia como uma espécie de consultório sentimental, em que as senhoras da nobreza pediam conselhos amorosos. Neste período, as fêmeas pertencentes à nobreza local já possuíam acesso à educação, ainda que de forma precária; algumas ensaiavam poemas para divertir os convidados em saraus.

Na França, surge o modelo de jornal que se consolidará no transcorrer do século XIX, o jornal literário. Em 1759, surge o *Journal des Dames*, que reunia contos, poesias, críticas de livros e peças teatrais. No ano seguinte, passa também a versar sobre moda, contando com o recurso de gravuras. O periódico sobrevive até 1778. A França foi o país responsável pela difusão dos jornais femininos na América, notadamente o Brasil.

Apenas bem mais tarde esses periódicos invadiriam o território americano: nas primeiras décadas do século XIX, sendo o *Ladies' Magazine*, de Sarah Josepha Hale, o primeiro a ser produzido nos EUA, cujo primeiro número seria produzido em 1828. No Brasil, o processo foi ainda mais lento. O jornal de senhoras mais antigo de que se tem notícia no país é publicado em 1827 sob o título *O Espelho Diamantino*. Lançado no Rio de Janeiro em 1827, *O Espelho Diamantino* tratava de assuntos como política, literatura, arte e moda. *O Correio das Modas* veio mais tarde, em 1839, na então capital federal. Todavia, só haverá um jornal efetivamente editado e dirigido por mulheres na data de 1852. Antes desta marca, existem tão somente jornais dedicados ao público feminino, entretanto sob cuidado masculinos, que, não raro, assinavam seus escritos com pseudônimos de mulheres.

Os principais centros irradiadores de produção periodista feminina são o Recife e o Rio de Janeiro. Desta cidade saiu o primeiro jornal dirigido por uma moça, *O Jornal das Senhoras*. Fundado pela feminista argentina Joana Paula Manso de Noronha, o jornal tinha como objetivo tratar de temas tais como belas-artes, literatura, moda, além de procurar despertar o público para pugnar por melhores condições educacionais e acesso ao mercado de trabalho. Além disso,

O pioneirismo do *Jornal das Senhoras*, e suas colaboradoras tímidas e anônimas, representaram, ainda assim, um decisivo passo na longa trajetória das mulheres em direção à superação de seus receios e conscientização de direitos. (DUARTE, 2003, p. 155)

De acordo com Joana, "Deus deu à mulher uma alma e a fez igual ao homem e sua companheira". A jornalista acusava os homens de egoísmo por considerarem as mesmas garotas mimadas, vislumbrando-as como mera propriedade. Joana teria se separado do marido em 1853, regressando para a Argentina, continuando lá seu trabalho de educadora e militante. Em seu lugar, ficou a baiana Violante Ximenes Bivar e Velasco, que assumiu a condução do periódico até o seu final em 1855. Feminista convicta, foi uma das primeiras jornalistas brasileiras (a pioneira foi Dionísia Gonçalves Pinto, conhecida pelo pseudônimo de Nísia Floresta Brasileira Augusta, uma das colaboradoras do periódico recifense *Espelho das Brasileiras*). Violante defendia a igualdade intelectual entre os sexos.

Outra publicação importante foi redigida por Júlia de Albuquerque Sandy Aguiar, chamada *O Belo Sexo*, publicado no Rio de Janeiro em 1862. No primeiro número do periódico, a jornalista declara estar ciente do pioneirismo de sua iniciativa e sua crença inabalável na capacidade intelectual feminina. Invitava as colaboradoras a assinar seus trabalhos e a participarem efetivamente do jornal, discutindo entre si os temas a serem publicados. Como eram mulheres da alta sociedade, faziam questão de divulgar que o lucro da venda do periódico era entregue à Imperial Sociedade Amante da Instrução, uma instituição de caridade para órfãos.

Duas décadas após a criação do *Jornal das Senhoras*, em 1873, Francisca Senhorinha Motta Diniz funda o jornal *O Sexo Feminino*, em Minas Gerais. Este teria sido o primeiro periódico brasileiro a efetivamente engajar-se na defesa dos interesses das mulheres. Desde seu primeiro número, a questão do acesso à educação é colocada em evidência, consoante se vislumbra do primeiro número da revista: “O século XIX, século das luzes, não se findará sem que os homens se convençam de que mais da metade dos males que os oprimem é devido ao descuido que eles tem tido com a educação das mulheres” (DINIZ apud DUARTE, 2016, p. 188). Francisca possuía como proposta defender a educação, a instrução e a emancipação feminina. Em editorial de 07 de setembro de 1873, a escritora apresentava os princípios norteadores do jornal e o seu posicionamento em relação ao papel reservado à mulher na sociedade brasileira.

*O Sexo Feminino* teve três fases de publicação. A primeira encerrou-se em 1875, sendo posteriormente editado de 1887 a 1889, desta vez no Rio de Janeiro, eis que a redatora Francisca mudou-se para a Corte. Deste modo, o jornal ganha maior visibilidade, uma expressiva tiragem e reuni assinaturas de pessoas ilustres, como o imperador D. Pedro II e a princesa Isabel. Em virtude da proclamação da República, o jornal altera o seu nome, passando a se designar *O Quinze de Novembro do Sexo Feminino* a partir de dezembro de 1889 e sendo publicado até 1896.

Existiram outros jornais que também marcaram época, como o *Echo das Damas*, editado por Amélia Carolina da Silva Couto, que circulou no Rio de Janeiro de 1875 a 1885, defendendo a igualdade, o direito da mulher à educação e difundindo as conquistas femininas em outros países. No jornal de 18 de abril de 1879, encontra-se que “os Estados Unidos davam os mais aproveitáveis exemplos dos melhoramentos morais e materiais colhidos por uma nação que não apenas progredia em tecnologia em indústria, mas também cultivava a inteligência das mulheres.” (ECHO DAS DAMAS apud DUARTE, 2003).

Surgiram então periódicos como *O domingo* e o *Jornais das Damas*, ambos em 1873. Além de conselhos sobre a vida doméstica, receitas, moda, romances de folhetim e poemas, eles traziam artigos de engajamento clamando pelo ensino superior e o trabalho remunerado. Difundiam ideias como "a dependência econômica determina a submissão", e o "progresso do país depende de suas mulheres."

Outros periódicos também merecem destaque, como: *O Domingo*, que atuou de 1873 a 1875 sob direção de Violante Atalipa Ximenes de Bivar e Vellasco; *A Mensageira*, que atuou entre 1897 e 1900 sob direção de Presciliana Duarte de Almeida; e o *Escrinio*, atuando entre 1898 e 1910 e fundado por Andradina América de Andrade Oliveira, que defendiam com veemência o direito à educação, a emancipação e a igualdade intelectual entre os gêneros. Cite-se, também, o *República das Moças*, de 1879, redigido por um grupo de jovens avessas ao regime monárquico e que expressavam seus descontentamentos políticos em textos desafiadores. No primeiro exemplar, refere: "Já que aos homens falta valor para derribarem essa carunchosa Monarquia, sejamos nós as defensoras dos direitos do povo, e tomem eles a direção dos negócios domésticos. Viva a República. Viva o bello sexo!" (REPÚBLICA DAS MOÇAS, 1879, p. 01).

O periódico *A Mensageira* possuía como lema: "Revista Literária dedicada à mulher brasileira". Conjuntamente com importantes colaboradoras, como Júlia Lopes de Almeida, a portuguesa Guiomar Torrezão, além da própria Josephina, a publicação reunia contos e poemas escritos por mulheres, seguindo a linha de pensamento de Presciliana, que concebia a imprensa como meio de incentivo à presença feminina na literatura e na vida pública.

O periódico não é uma publicação como as muitas que tinha que destacavam assuntos como trabalhos manuais, moda, culinária. O objetivo era discutir questões inerentes à emancipação feminina, com a veiculação de textos literários que abordassem o tema, além de editoriais com reflexão crítica acerca da situação feminina, o acesso ao mercado de trabalho e o direito ao voto. O jornal noticiava o sucesso das mulheres em suas carreiras. Deste modo, *A Mensageira* busca defender o direito à educação e a redefinição do papel da mulher na sociedade. Todavia, a revista acaba por contrair contradições, uma vez que, ao mesmo tempo em que questiona o seu papel, defendendo sua inserção nos espaços educacional e profissional, reafirma seu papel como mãe, esposa e guardiã do lar. Neste sentido, no primeiro número, preleciona que "por enquanto, temos apreciado apenas a mulher como um ente sensível; agora é preciso que a vejamos também como uma creatura intellectual, pois é necessário que ella pense para que possa sentir mais nobremente." (ALMEIDA, 1897, p. 10-11)

#### 4. A obra de Josephina: o periódico *A família*

Dentre as tantas jornalistas do período, destaca-se Josephina Álvares de Azevedo, que, com muita ênfase, irá questionar a construção ideológica do gênero feminino e irá exigir mudanças radicais na sociedade. *A Família*, jornal que geriu de 1888 a 1897, primeiramente em São Paulo e depois no Rio de Janeiro, destacou-se sobremaneira pelo tom assumidamente combativo em prol da emancipação feminina, por questionar a tutela masculina e testemunhar momentos decisivos da história brasileira e das investidas das mulheres na luta por mais direitos (DUARTE, 2003, p. 157). Josephina no comando do periódico foi uma incansável militante feminista, denunciando a opressão, o direito do acesso ao ensino superior, ao divórcio, ao trabalho remunerado e ao voto. Conclamava, assim, as companheiras à ação:

Formem grupos e associações, fundem jornais e revistas, levem de vencida os tirocínios acadêmicos, procurem as mais ilustres e felizes, com a sua influência, aviventar a campanha em bem da mulher e seus direitos, no Brasil: e assim terão as nossas virtuosas e dignas compatriotas pelejado, com o recato e moderação naturais ao seu delicado sexo, pela bela idéia “Fazer da brasileira um modelo feminino de educação e cultura espiritual, ativa, distinta e forte”. (AZEVEDO apud DUARTE, 2003)

Nas páginas do jornal que Josephina dirigiu, a educação ou instrução da mulher é considerada condição essencial para a causa de sua emancipação. Josephina reivindicava uma "educação sólida e desenvolvida "que as preparasse para todos os misteres da vida (AZEVEDO, 2018, p. 93). A jornalista preconizava uma educação que as capacitasse ao exercício competente da maternidade, em face disso, uma de suas atribuições à frente da redação de *A Família* foi publicar, em capítulos, a extensa obra intitulada “Mães e Mestras”, por ela traduzida do francês com esta finalidade.

Fundamentando-se em autores favoráveis à educação da mulher e sua elevação social, tais como o filósofo francês Louis-Aimé Martin (1786-1847), Josephina publica artigos de sua autoria, nos quais aponta a urgência em se educar as mulheres, libertá-la dos grilhões que as prendem. A periodista afirma a necessidade de deixar de ver a mulher como mero ornamento de sala e de torná-la coadjuvante imprescindível no processo de "engrandecimento da pátria e por consequência da família" (AZEVEDO, 1889, p. 02), uma vez que sua missão na sociedade é a de educadora dos futuros cidadãos, aqueles que terão de dirigir esta grande nação, que maior seria se houvessem mães que soubessem educar os filhos (AZEVEDO, 1889, p. 02).

A autora preleciona que a diferença sexual não é sinal de diferença na competência feminina para dividir com os homens tanto a direção da família como a do Estado, avocando, portanto, o papel de protagonista das mulheres em detrimento dos homens.

Até hoje têm os homens mantido o falso e funesto princípio de nossa inferioridade. Mas nós não somos a eles inferiores porque somos suas semelhantes, embora de sexo diverso. [...] Portanto, em tudo devemos competir com os homens – no governo da família, na direção do Estado [...]

As sociedades assentam suas bases sobre dois princípios cardeais: o princípio da força e o princípio da ordem. O princípio da força é o homem, o princípio da ordem é a mulher. Assim pensando, até me parece que compete-nos de preferencia a direção das sociedades. Porque o homem é e foi sempre a negação da ordem, sem a qual não há sociedade possível. E em abono desta opinião eu vos trarei um exemplo muito vulgar – o governo de uma casa. É raro o homem que saiba dirigi-la; pois bem, ele que não é capaz de governar uma casa, que se compõe de algumas pessoas, poderá governar um estado, que se compõe de muitas centenas de casas? Entretanto não é nosso o domínio dos povos e das nações. (AZEVEDO, 1888, p. 01)

As escritoras colaboradoras do periódico frisavam em seus artigos que somente através de uma educação completa poderiam as mulheres conquistar o lugar que lhe cabia na sociedade, tanto dentro como fora do lar. Dentre essas colaboradoras, citem-se algumas, como Narcisa Amália (1852-1924), Júlia Lopes de Almeida (1862-1934) e Ignez Sabino (1853-?), as quais eram escritoras e poetisas de renome, enquanto outras, como Amália Franco (1859-1919) e Marie Renotte (séc. XIX -?), destacavam-se por sua excelência como educadoras. A maior parte delas residia no Rio de Janeiro ou em São Paulo, no entanto algumas enviavam suas colaborações de outras partes do país, como Revocata de Mello (1860-1945), Julieta de Mello Monteiro (1863-1928) do Rio Grande do Sul, Presciliana Duarte de Almeida (1867-1944) e Maria Clara Vilhena da Cunha (séc. XIX-?) de Minas Gerais, e Maria Amélia de Queiroz (séc. XIX - ?) de Pernambuco. Frise-se ainda a portuguesa Guiomar Torreção (1844-1898) e a francesa Eugénie Potonié Pierre (séc. XIX - ?), que mandavam suas colaborações de seus respectivos países.

O periódico *A Família* era, para se valer da expressão de Pedro Soares relativamente ao jornal *Corimbo* editado no Rio Grande do Sul por Revocata de Melo, uma "espécie de caixa de ressonância do movimento feminista brasileiro" (SOARES, apud BRUSCHINI; ROSEMBERG, 1980, p. 145-6). Foi em novembro de 1888 que Josephina colocou em circulação o periódico *A Família*. A redatora esclarece que o título *A Família* poderia passar a impressão de que o periódico era dedicado, exclusivamente, à educação da mãe de família; todavia, dilucidou que suas motivações eram bem mais amplas. A escritora esclareceu que suas colaboradoras a incentivaram a realizar conferências sobre a educação da mulher, mas que, ao perceber sua dificuldade em discursar em voz alta, optou pela palavra escrita, consi-

derando a imprensa um meio poderoso de despertar as consciências adormecidas (AZEVEDO, 2018, p. 81).

Josephina criticou de modo atroz os homens que defendiam a inferioridade feminina. Para ela, homens e mulheres eram semelhantes, apenas com algumas funções especiais de acordo com sua natureza sexual. Em virtude disso, a mulher deveria competir com o homem em tudo, no governo da família ou na direção do Estado. Segundo ela, as mulheres seriam vítimas de um erro, e por isso a elas era legado um "plano inferior nos destinos das nações" (AZEVEDO, 2018, p. 82).

A escritora se lançou na imprensa com o intuito de pugnar pela emancipação feminina, tendo a liberdade e a igualdade como princípios. Para tanto, protesta pelo aprimoramento da educação da mulher, pois, para ela, a educação em sua época se resumia a "saber mal o português, a aritmética, o francês, o canto e o desenho, e muito mal arrumar a casa" (AZEVEDO, 2018, p. 84). Josephina é pioneira uma vez que considerava que a mulher tinha escolha de não ser mãe e ainda assim prosseguir com seus estudos. Para ela, "é preciso estudar muito, banhar o espírito na luz da ciência" (AZEVEDO, 2018, p. 85). *A Família*, por conseguinte, foi considerado "um dos mais radicais dentre os congêneres naquele período no tocante à luta pelos direitos das mulheres e a emancipação feminina" (PRADO; FRANCO, 2012, p. 211).

## 5. Considerações finais

A militância das mulheres brasileiras, atualmente, destaca-se como um dos setores sociais de maior relevância quando o assunto é reivindicação de seus direitos. A ampliação de direitos e oportunidades na vida pública coexiste, no entanto, com estereótipos em relação à mulher, ameaçando a efetivação de conquistas sociais, tais como o direito à educação, ao trabalho profissional e à participação política.

Uma das pioneiras do feminismo no Brasil, em 1877 muda-se para São Paulo onde em 1878 fundou o periódico *A Família*. Josephina foi abolicionista, republicana e desenvolveu uma intensa campanha pela emancipação feminina. O jornal reunia as ideias de um considerável número de mulheres que assentiam com a ideia de emancipação do sexo feminino. Desse modo, as páginas do jornal traziam um discurso veemente em prol dos direitos das mulheres e em busca da participação no espaço público. Ou seja, o periódico *A Família* dedicou suas páginas a analisar a questão da educação, todavia, em virtude da transição do sistema

político em que o país se encontrava, o jornal passou a defender o direito ao voto e tornou-se um difusor do sufrágio.

Em 1889, a Proclamação da República ampliou o engajamento das mulheres na luta pela universalização dos direitos políticos. Pesa-se que o tema da inclusão das mulheres como cidadãs elegíveis foi discutido na Constituinte de 1891; a Constituição foi promulgada determinando apenas que o corpo de eleitores deveria ser formado por cidadãos alfabetizados e maiores de 21 anos. A ausência de menção à participação das mulheres tornava ambíguo o texto constitucional, uma vez que não defendia o direito ao voto feminino, assim como não o excluía explicitamente.

Neste cenário, a imprensa feminista da época se manifestou colocando em debate a questão das condições intelectuais do corpo de eleitores da Nova República. Desse modo, o fortalecimento da imprensa feminista se converteu em via de expressão e difusão do discurso elaborado pelas próprias mulheres. Como parte da conjuntura política do Brasil no final do século XIX, estes jornais e suas autoras, dentre elas Josephina, reuniram elementos suficientes para o engajamento político das mulheres, corroborando para as novas reivindicações e lutas do porvir.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio de. Cartão de parabéns. **A Mensageira**: Revista Literária dedicada à mulher brasileira, São Paulo, 15 out 1897, p. 10-11.

A.R.T.S. **Tratado sobre a emancipação política da mulher e direito de votar**. Rio de Janeiro: Typographia Paula Brito, 1868.

AZEVEDO, Josephina A. de. **A mulher moderna**. Brasília: Senado Federal, 2018.

AZEVEDO, Josephina A. de. A Família. **A Família**: Jornal Litterario dedicado a educação da mãe e da família. São Paulo, 18 nov. 1888, p. 01.

AZEVEDO, Josephina A. de. **Galeria ilustre (mulheres célebres)**. Rio de Janeiro: Typographia a vapor, 1897.

AZEVEDO, Josephina A. de. Prólogo. **A Família**: Jornal Litterario dedicado a educação da mãe e da família. São Paulo, 18 nov 1888.

AZEVEDO, Josephina A. de. O voto feminino. **A Família**: Jornal Litterario dedicado a educação da mãe e família. Rio de Janeiro, 26 abr. 1890a, p. 03.

AZEVEDO, Josephina A. de. O direito de voto. **A Família**: Jornal Litterario dedicado a educação da mãe e família. Rio de Janeiro, 26 dez 1889a, p. 03.

AZEVEDO, Josephina A. de. [Lê-se no Diário ...] **A Família**: Jornal Litterario dedicado a educação da mãe e da família. Rio de Janeiro, 03 mai 1890b, p. 07.

AZEVEDO, Vicente de. **Álvares de Azevedo: dados para sua biografia**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1931.

BLAKE, Augusto V. Alves Sacramento. **Diccionario bibliographico brasileiro**. Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1883-1902, v. 5, p. 237-8.

CORREIO DA MANHÃ. **Josephina Alvares de Azevedo**. Rio de Janeiro, 08 set. 1913, p. 11.

DEL PRIORE, Mary. **História das mulheres no Brasil**. 7ª ed. São Paulo: Contexto, 2004.

DUARTE, Constância. **Imprensa feminina e feminista no Brasil: século XIX; Dicionário Ilustrado**. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

DUARTE, Constância. Feminismo e literatura no Brasil. **Estudos Avançados**, v. 17, n. 49, 2003, p. 151-73.

MUZART, Zahidé. Uma espiada na imprensa das mulheres no século XIX. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 11, n.1, jan-jul. 2003.

NAZÁRIO, Diva Nolf. **Voto feminino & feminismo**. São Paulo: Imprensa Oficial, 2009.

PRADO, Maria L.; FRANCO, Stella S. Participação feminina no debate público brasileiro. In: PINSKY, Carla; PEDRO, Joana M. **Nova história das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012, p. 194-217.

**REPÚBLICA DAS MOÇAS**. [Já que aos homens ...] Rio de Janeiro, 12 out 1879, n. 01, p. 01

ROCHA, Karine. **Josefina Álvares de Azevedo: a voz feminina no século XIX através das páginas do jornal A Família**. Programa Nacional de Apoio à Pesquisa- FBN/MINc, 2009.

SCHUMAHER, Schuma; BRAZIL, Érico. **Dicionário Mulheres do Brasil**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

SOARES, Pedro M. Feminismo no Rio Grande do Sul primeiros apontamentos (1835-1945). In: BRUSCHINI, Maria C.; ROSEMBERG, Fúlvia. **Vivencia: história, sexualidade e imagens femininas**. São Paulo: Brasiliense, 1980.

SOUTO MAIOR, Valeria. **Teatro e propaganda sufragista no Brasil do século XIX**. Disponível em <[https://www.al.sp.gov.br/repositorio/bibliotecaDigital/525\\_arquivo.pdf](https://www.al.sp.gov.br/repositorio/bibliotecaDigital/525_arquivo.pdf)>. Acesso em: 12 ago 2019.